

Eleições no Brasil: Da Violência Ao Poder

Andrés del Río - Professor de Ciência Política na Universidade Federal Fluminense. Doutor em Ciência Política IESP-UERJ.
E-mail: andres.delrio@gmail.com

André Rodrigues Professor de Ciência Política na Universidade Federal Fluminense. Doutor em Ciência Política IESP-UERJ.

Licio Cactano do Rego Monteiro - Professor de Geografia Humana na Universidade Federal Fluminense.
Doutor em Geografia, Universidade Federal de Rio de Janeiro

Cristiane Kerches da Silva Leite- Professora de Políticas Públicas no curso de Gestão de Políticas Públicas
da Universidade de São Paulo. Doutora em Ciência Política pela FFLCH/USP.
E-mail: criskerches@gmail.com

Resumo

Neste artigo trataremos o processo eleitoral brasileiro recente, explorando o que esperar do governo Bolsonaro a partir das tendências apontadas durante as eleições. Para isso, se observará a trajetória desde 2016 da política nacional, um processo conturbado. Se analisam características particulares do processo. Especial atenção sobre a presença militar e os seus significados para a democracia. Além disso, se debaterá a agenda de segurança pública, suas particularidades e os desafios da democracia. O artigo tentar contribuir no debate sobre militares, segurança pública e democracia no presente brasileiro.

Palavras-Chave: Democracia, Militares, Segurança Pública, Política Brasileira

Abstract

In this article we will discuss the recent Brazilian electoral process, exploring what to expect from the Bolsonaro administration based on the tendencies pointed out during the elections. In order to do this, we have observed the trajectory since 2016 of national politics, a troubled process. Particular characteristics of the process are analyzed. Special attention on military presence and its meanings for democracy. In addition, the public security agenda, its particularities and the challenges of democracy had been discussed. The article tries to contribute in the debate about military, public security and democracy in the Brazilian present.

Key words: Democracy, Military, Public Security, Brazilian Politics

Eleições no Brasil: A Violência ao Poder*

Andrés del Río - Universidade Federal Fluminense

André Rodrigues - Universidade Federal Fluminense

Licio Cactano do Rego Monteiro - Universidade Federal Fluminense

Cristiane Kerches da Silva Leite - Universidade de São Paulo

Nas eleições de 28 de outubro de 2018, o Brasil elegeu muito mais do que um candidato a presidente. Elegeu uma visão de mundo, de tipo de humanidade que vamos habitar. Nesse pequeno artigo vamos debater o atual processo político no Brasil, explorando o que esperar do governo Bolsonaro a partir das tendências apontadas durante as eleições.

APROXIMAÇÃO AO CASO BRASILEIRO

A violência tomou conta do cenário brasileiro. A arrogância foi liberada pouco a pouco, alimentada por políticos, mídia, judiciário e fakenews, foi possibilitada por um campo fértil, produto da frustração e da falta de perspectivas que se instalaram na sociedade.

Depois de quatro eleições vencidas pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que governou de 2003 a 2016, o mapa social brasileiro teve mudanças, com políticas de inclusão social, visibilidade da diversidade e ampliação do estado assistencialista, ainda que precário. Depois das sucessivas coalizões que garantiram a governabilidade nos anos de governo, o PT se tornou o inimigo a ser anulado e eliminado pelos setores conservadores, elites e partidos tradicionais do país. Desta forma, ao PT foi atribuída a responsabilidade por todos os males brasileiros. Uma guerra híbrida contra uma visão de mundo. Parte de um processo regional, os governos progressistas que emergiram na década de 2000 estão sendo substituídos, por diferentes meios, por governos de direita, conservadores, com políticas econômicas neoliberais e visões repressivas na área da segurança.

O golpe de Estado de 2016 no Brasil rompeu a trajetória dos governos do PT para estabelecer uma nova direção, com redução dos direitos sociais, com aumento tanto da violência e multiplicação de problemas sociais, quanto da pobreza, da miséria e da fome. As eleições acabaram sendo racionalizadas pelo medo. Apesar dos graves problemas econômicos e sociais que foram aprofundados nos anos do governo Temer, o apelo contra a insegurança e a corrupção tomaram o centro do discurso político durante as eleições, mobilizando o medo como principal fator a guiar as opções eleitorais da população.

* Uma versão anterior foi publicada na Revista La Libertad de la Pluma, Argentina, ainda antes do 2o turno das eleições brasileiras, que confirmaram a escolha de Jair Bolsonaro. Link: <https://bit.ly/2PCvYF7>

Nesse período recente, encabeçado pelo presidente Michel Temer, o Brasil estava liberando as contradições que foram silenciadas no tempo do PT. Um governo usurpador que implementa ações que se assemelham a uma vingança contra um governo popular e contra a esquerda, cujos efeitos prejudiciais atingem toda a população.

Além das constantes exceções existentes desde 2016, o direito e a justiça se tornaram seletivos e parciais. Transformaram-se em companheiros do atual governo na construção do novo norte político econômico do país. Gradualmente, mas de forma constante, muitas novas leis foram aprovadas em um cenário de excepcionalidade. Leis que nunca teriam vindo à luz em um processo democrático comum devido ao seu perfil anti-social e de redução de direitos.

Quando olhamos para os poderes institucionais formais, dificilmente podemos analisá-los como instituições que funcionam normalmente. Pelo contrário, uma das principais características desse momento histórico é o esvaziamento dos sentidos da democracia e de suas instituições centrais, que hoje estão na fronteira com o autoritarismo, mas se esforçando para exibir a formalidade mínima exigida por uma democracia. Em certo sentido, uma estética democrática com alma e espírito autoritários. Pura contradição.

Um dos pontos mais polêmicos dessas eleições é a presença militar nas mais diversas áreas. E não falamos só de presença, mas também de afirmações que colocam os sentidos da democracia nas sombras, enquanto o fantasma do passado autoritário começa a aparecer em todas as áreas. Em suma, presença, falas e símbolos que foram disputados nessas eleições.

A eleição de um candidato de extrema-direita é por si só preocupante para qualquer cidadão e defensor da democracia. Mas não é simplesmente sua presença, mas os símbolos exaltados. Hoje a violência e a arrogância já estão instaladas no Brasil. De acordo com a investigação de Haroldo Ceravolo, na primeira semana após o primeiro turno das eleições foram contados mais de 50 casos de violência por apoiadores do candidato Bolsonaro¹. Todos os dias, mais de uma violência cometida por questões políticas foram relatadas nas mais diversas situações. Na mesma linha, há uma constante nas escolas públicas e universidades, onde pichações e declarações racistas e misóginas são atos cotidianos. Uma violência que reduz os sentidos da democracia e da expressão e reconfigura o cenário social em que aparece o ataque de Bolsonaro contra a diversidade e a democracia.

Nesse cenário, os setores antidemocráticos que se mantinham quietos sob a democracia estão saindo das sombras, o velho monstro latino-americano de autoritarismo e violência expandida. Esses setores se sentem legitimados pelo clima atual. Encorajados pela desordem, os militares se posicionaram publicamente, apoiando predominantemente o candidato antidemocrático.

O jogo de xadrez do governo Bolsonaro vislumbra um cenário inédito na história política brasileira. Mantém nas estruturas de poder membros da coalizão usurpadora que ascendeu ao governo mediante o golpe parlamentar de 2016, mas também abre caminho para uma lógica de governo que mimetiza o estilo Trump de governar: acesso direto aos eleitores via redes sociais e, no caso de Bolsonaro, a criação de zonas de identidade com setores populares regadas à simbologias e hábitos do “brasileiro comum”. O quadro de populismo de direita que se avizinha é permeado pela total indigência de paradigmas de políticas sociais nos ministérios e autarquias, resguardado o super ministério da área econômica, que será originado da fusão dos atuais ministérios da fazenda e do planejamento.

1 Constanti, Giovana. Violência política pró-Bolsonaro cresce após primeiro turno. Carta Capital, 11 out 2018. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/episodios-de-violencia-por-motivacoes-politicas-crescem-pos-primeiro-turno>

Bolsonaro é mais um capítulo do longo processo de espraio das ideias ultraliberais pelo mundo, tendo Paulo Guedes como figura que compõe o vetor que se inicia no golpe militar chileno proferido por Augusto Pinochet. Assim como no Brasil de Bolsonaro, no Chile de Pinochet entrava em cena de forma violenta e autoritária os Chicago Boys², formados por Friedman e sob a anuência de Nixon, abriram caminho para a aniquilação da visão de mundo socializante e toda e qualquer marca do governo Allende. Com suas reformas liberais, fagocitaram as estruturas estatais convertendo-as em mercados privados para uma miríade de interesses econômicos. Em dois anos desmontaram estruturas sociais e institucionais que levaram mais de 20 anos para serem construídas e legitimadas na sociedade chilena (Schamis 2002). As profundas raízes sociais dessas estruturas tinham que ser arrancadas integralmente. Daí a estratégia de choque (Klein 2010) para instalar agenda de reformas ultraliberais, a priori, em países da América Latina na década de 1970. O monstro latinoamericano do autoritarismo e da violência expandida andou e ainda anda de mãos dadas com o moinho satânico do livre mercado (Polanyi 2000), parceria que reincide em pleno século XXI.

O RETORNO DO VERDE OLIVA OU A DEMOCRACIA TUTELADA

O candidato presidencial Jair Bolsonaro é, até hoje, a carta política eleitoral mais alta dos militares na democracia brasileira da Nova República. Embora apresentado como um *outsider*, entrou na política em 1988 como vereador e é deputado federal desde 1991. Como imagem simbólica da disputa atual do Brasil, seu gesto mais conhecido na campanha eleitoral é a simulação de disparo de uma arma de fogo com o dedo indicador e o polegar³. Uma estrela de violência. O candidato do PSL faz do status militar uma bandeira de campanha. E com isso, aumenta os seguidores que entendem que o Brasil precisa de uma mão pesada de disciplina, tradição nacional, ordem e progresso.

Em 30 de agosto de 2017, general Villas Boas, disse que o “politicamente correto” está “entranhado em nossa sociedade” e perguntou: “Isso funciona?” O “politicamente correto” é, na opinião do Comandante do Exército “a primazia dos direitos individuais sobre direitos coletivos”⁴, entre outros comentários cada vez mais desinibidos lembrar que esta ideia já estava presente em dezembro 2016, quando o general declarou: “a crise é a natureza política, econômica e ética e aí vem outro problema que está infringindo com profundidade a sociedade, vivemos impregnados desse pensamento do politicamente correto. Ditadura do relativismo”⁵. De general a filósofo de bar.

Nesta nova trajetória, os militares estão participando dos mais diversos ambientes. Depois da já tradicional crença de que eles são a reserva moral do país, agora são autointitulados como os guardiões da democracia. Uma hipocrisia extrema, mas autêntica. Isso ficou claro na decisão do Supremo Tribunal sobre o último habeas corpus do caso Lula, em 4 de Abril de 2018. O mesmo general Eduardo Villas Boas, Comandante do Exército, afirmou que “compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à Democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais”⁶. Uma atitude clara de tutela diante de uma decisão fundamental da alta corte brasileira.

2 A relação entre a Escola de Chicago e o autoritarismo estão bem descritas no artigo “A Escola de Chicago floresce no autoritarismo”, de Joaquín Estefanía (El País Brasil, 26 out 2018).

3 Qual o peso dos militares na campanha eleitoral de 2018. NEXO, Brasil. 01 agosto 2018. Disponível: <https://bit.ly/2O6Vuxj>

4 Os tuítes do comandante do Exército: leis, segurança e politicamente correto. NEXO, Brasil. 04 setembro 2018. Disponível: <https://bit.ly/2zeQGkk>

5 Vivemos a ditadura do politicamente correto, diz comandante do Exército. Jornal GGN, Brasil. 12 dezembro 2017. Disponível: <https://bit.ly/2DtF7st>

6 Antes de julgamento de Lula, comandante diz que Exército repudia impunidade. Carta Capital, Brasil. 04 de abril 2018. Disponível: <https://bit.ly/2TqGJc4>

Em um cenário nacional que gradualmente aceita o verde oliva, setores militares estão reconfigurando sua presença no palco. Nesse sentido, desde 23 de maio de 2018, Villas Bôas recebeu dez candidatos para a presidência do Brasil⁷.

Em seu desfile antidemocrático, em julho de 2018, Jair Bolsonaro propôs aumentar os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) de 11 para 21. Uma ideia típica de regimes autoritários. Tentando não perder seus empregos e ir para a onda verde oliva, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, ao assumir a presidência do Alto Tribunal de Justiça em 13 de setembro de 2018 indicado como um conselheiro para a reserva militar Fernando de Azevedo e Silva⁸, posteriormente indicado para o cargo de Ministro da Defesa de Bolsonaro. Recentemente, em 21 de outubro, o filho do candidato presidencial Jair Bolsonaro (PSL), Eduardo Bolsonaro (PSL), que foi o deputado mais votado da história do Brasil, em declarações polêmicas deputado, mas coincidindo com seu pai, disse que precisava de “apenas um soldado e um cabo para fechar o STF”⁹. O horizonte institucional está no abismo.

O General Hamilton Mourão, candidato a vice de Bolsonaro, declarou que defende que o país tenha uma nova Constituição sem a necessidade de ser feita pelos “eleitos pelo povo”¹⁰. Em 7 de setembro, em entrevista à GloboNews, Mourão defendeu um “autogolpe” em caso de anarquia, com ação das Forças Armadas. Ou seja, Mourão deixou em aberto a possibilidade de uma intervenção militar em caso de “anarquia” e defendeu uma nova Assembléia Constituinte sem participação popular. Mas suas declarações também entram no campo sociológico definindo famílias pobres chefiadas por mães e avós como “fábrica desajustada”¹¹. Adicionando a sua lista de declarações esclarecidas, ele aplaude a melhoria pelo “branqueamento da raça”, ao elogiar a beleza de seu próprio neto. Outro filósofo do atraso. Ou nas palavras de Ciro Gomes, um “jumento de carga”¹².

Na mesma linha de tutela e expectativa eleitoral, dias antes do primeiro turno, em 28 de setembro, o candidato presidencial Jair Bolsonaro disse: “pelo que eu vejo nas ruas, não aceito um resultado diferente da minha eleição”¹³. Mas seu romance com a exceção e gestos antidemocráticos não é novidade. No domingo, 16 de setembro, Bolsonaro fez uma declaração contra a campanha do PT e sugeriu que as urnas eletrônicas não eram confiáveis: “O PT descobriu o caminho do poder, o voto eletrônico”¹⁴. Sua posição sobre a urna eletrônica e fraude tinha sido exposta na entrevista no programa de TV Roda Vida no final de julho: “Vamos continuar sob a suspeita de fraude”¹⁵, abrindo a possibilidade de questionar o resultado das eleições.

Se, por um lado, os militares se sentem liberados para exibir suas reflexões filosóficas iluminadas e impor condições à democracia, por outro lado, o Decreto 4346 de 2002 especifica quais são as transgressões passíveis

7 Qual o peso dos militares na campanha eleitoral de 2018. NEXO, Brasil. 02 agosto 2018. Disponível: <https://bit.ly/2O6Vuxj>

8 O general assessor de Toffoli, que faz pontes entre o STF e a caserna. Epoca, Brasil. 20 outubro 2018. Disponível: <https://glo.bo/2DtFy65>

9 Em vídeo, filho de Bolsonaro diz que 'basta um soldado e um cabo para fechar o STF'. O Globo, Brasil. 21 outubro 2018. Disponível: <https://glo.bo/2yRbKfH>

10 Mourão e Bolsonaro questionam processo eleitoral e usam medo na campanha. O Globo - Epoca, Brasil. 22 setembro 2018. Disponível: <https://glo.bo/2Kemw4P>

11 Casa de mãe solteira é 'fábrica de desajustados', diz Mourão. O Globo - Epoca-Negócios, Brasil. 18 setembro 2018. Disponível: <https://glo.bo/2yHD7sH>

12 NEM BOLSONARO NEM “POLITICAMENTE CORRETO” SEGURAM MOURÃO. Piauí-FdSP, Brasil. 26 setembro 2018. Disponível: <https://bit.ly/2OMptKN>

13 “Não aceito resultado diferente da minha eleição”, desafia Bolsonaro na TV aberta. El País, Brasil. 29 setembro 2018. Disponível: <https://bit.ly/2O5QWvf>

14 Declaração de Bolsonaro sobre fraude em urnas é 'desinformação', diz procurador. Huffpost, Brasil. 17 setembro 2018. Disponível: <https://bit.ly/2pLmRmo>

15 A participação de Bolsonaro no Roda Viva em 9 pontos. Huffpost, Brasil. 31 julho 2018. Disponível: <https://bit.ly/2yTjhLd>

de punição administrativa (dentro da própria instituição). As punições contra manifestações políticas estão explícitas em três deles:

- 57. Manifestar-se, publicamente, o militar da ativa, sem que esteja autorizado, a respeito de assuntos de natureza político-partidária;
- 58. Tomar parte, fardado, em manifestações de natureza político-partidária;
- 59. Discutir ou provocar discussão, por qualquer veículo de comunicação, sobre assuntos políticos ou militares, exceto se devidamente autorizado (BRASIL, 2002)

Assim, se levassem a sério as leis nacionais, as opiniões expressas pelo General Villas Boas deveriam ser consideradas uma constante violação da lei.

Mas a onda verde oliva está em alta. Pelo menos 8% dos 961 candidatos militares que disputaram as eleições de 7 de outubro foram eleitos. Candidaturas que se baseavam em questões de segurança pública e no combate à corrupção. E sua presença eleitoral foi em diferentes estados, bem como em diferentes posições eletivas em disputa. No total, em um levantamento que considera apenas aqueles que se declararam militares, é possível apontar pelo menos 79 nomes confirmados no Congresso Nacional e nas assembleias legislativas estaduais. Entre eles, duas vagas já estão asseguradas no Senado e 22 na Câmara dos Deputados Federais. Nos estados, o número ultrapassa 60 parlamentares¹⁶.

OS MILITARES E A DEMOCRACIA TUTELADA

Depois de pouco mais de 30 anos de normalidade democrática, a excessiva desenvoltura dos militares no assédio ao poder desde o golpe de 2016 pode parecer surpreendente, mas não é. Se a situação política brasileira parece caminhar a passos acelerados para um regime político com traços cada vez maiores de autoritarismo e militarismo, isso se deve em grande parte à estrutura das relações civis-militares estabelecida com a redemocratização. Deve-se à maneira como a transição da ditadura militar para a democracia garantiu prerrogativas militares que mantiveram as Forças Armadas com baixo grau de controle institucional civil. A tese da democracia tutelada, defendida por Jorge Zaverucha, está baseada nessa constatação.

Se até aqui poderíamos concordar sobre a tutela militar, a transição atual indica um passo além da tutela: os militares estão assumindo um protagonismo político até então inédito neste curto ciclo democrático nacional, protagonismo este que, associado a outros setores que flertam com o autoritarismo, pode levar a uma mudança estrutural no próprio sistema político.

A crítica a essa tese de Zaverucha aponta que os mecanismos institucionais de neutralização da influência política dos militares na Nova República e a baixa capacidade de colocar em prática as prerrogativas garantidas pela Constituição de 1988 acabaram prevalecendo na década de 1990 (Hunter, 1997 apud Castro e D'Araujo, 2001). De fato, o que se viu ao longo de quase três décadas é coerente com a ideia de que houve uma erosão da influência militar na política. Hoje, é possível notar de forma indiscutível que o quadro mudou. Mas quais são os antecedentes que marcam esse ponto de inflexão? E como se pavimentou o caminho para o ressurgimento da ameaça militarista e autoritária que observamos a partir do golpe de 2016 e da atual perspectiva da eleição de Bolsonaro em 2018?

16 Mais de 70 candidatos com patente militar foram eleitos em todo o país. BOL, Brasil. 08 outubro 2018. Disponível: <https://bit.ly/2PH10fn>

Depois de uma Lei da Anistia, estabelecida ainda durante a ditadura, numa condição assimétrica de negociação política que garantiu a absolvição unilateral de torturadores que praticaram crimes contra a humanidade, os militares conduziram a transição por eleição indireta em 1985. Na Constituinte, os militares se mantiveram ativos para resguardar suas prerrogativas que, uma vez aceitas pelos civis, “constitucionalmente, deram aos amplos poderes dos militares um verniz democrático” (Zaverucha, 2005, p. 54). Na Constituição de 1988, os artigos referentes às forças armadas, polícias militares estaduais, sistema judiciário militar e segurança pública se mantiveram bem próximos aos da Constituição autoritária de 1967 e sua emenda de 1969 (Zaverucha, 2005, p. 59).

O mais controverso artigo é o 142, que diz que as Forças Armadas “destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”. Segundo Carvalho (1986), a nova formulação teve o mérito de substituir o termo “poderes constituídos” por “poderes constitucionais”, além de retirar a expressão “obediência dentro dos limites da lei”, introduzido na Constituição de 1967, escrita em plena ditadura militar. Na primeira versão apresentada não constava a garantia da lei e da ordem como missão das Forças Armadas, o que teria sido um avanço considerável, mas esta foi incluída e aprovada após pressão dos círculos militares. Os constituintes complementaram a missão estabelecendo uma ressalva “por iniciativa de qualquer destes [poderes constitucionais]”, o que em tese deveria restabelecer o controle civil sobre o militar. As interpretações desse artigo, no entanto, são utilizadas para relativizar esse controle, abrindo brechas para raciocínios golpistas de militares que ainda se vêem como o poder intervenor em última instância.

Não por acaso é justamente neste artigo 142 que o candidato a vice-presidente general Mourão se prende para defender uma hipótese de intervenção militar em situações de anarquia - que não é tipificada de forma alguma na Constituição. É o que diz o general na entrevista dada à Globonews (G1, 8 set 2018).

Mourão: É uma questão de, quando você olha a missão constitucional das Forças, tem uma missão que eu considero, que ela é uma coisa, como é que interpretar isso, que é a tal da garantia dos poderes constitucionais. Como é que a gente garante os poderes constitucionais? Mantendo a estabilidade? E, se um Poder não consegue mais cumprir a sua finalidade, o que nós fazemos? Então é uma discussão que nós temos tido ao longo dos tempos, porque está escrito na Constituição.

(...)

Heraldo: Mas, general, sempre a pedido, por solicitação de um dos Poderes. Não é por conta própria...

Mourão: Pois é, mas quando a gente vê que pode ocorrer uma anomia. Nós estamos falando aqui de uma situação hipotética, né, isso é hipotético. Quando você vê que o país está indo para uma anomia, na anarquia generalizada, que não há mais respeito pela autoridade, grupos armados andando pela rua...

Heraldo: Mas não está na Constituição, a letra da Constituição não estabelece essa possibilidade, isso é uma possibilidade fora...

Mourão: Heraldo, toda missão tem que haver uma interpretação. O comandante, o item 1 do estudo de situação do comandante é interpretar a missão. E não é fácil.

Heraldo: Não existe interpretação, general, porque a letra, vamos tratar na literalidade da Constituição e o guardião da Constituição é o STF, que interpreta.

Mourão: Só que a garantia dos poderes constitucionais não é por iniciativa de qualquer um

dos poderes. A da lei e da ordem, sim.

(...)

Miriam: Não existe na Constituição a possibilidade de as Forças Armadas agirem por conta própria. Existe apenas: ela atende a comando de poderes institucionais brasileiros. É esse ponto que a gente não está entendendo muito bem...

(...)

Mourão: Vamos ver o seguinte: responsabilidade. As Forças Armadas têm responsabilidade de garantir que o país se mantenha em funcionamento. Cruzamos os braços e deixamos que o país afunde?

Cristiana: A política não tem como mediar isso?

Mourão: Se a política não estivesse mediando. Olha a situação que eu estou colocando, Cristiana, é o momento em que a anarquia toma conta do país. Não está acontecendo.

Cristiana: Mas em qualquer hipótese, uma intervenção é...

Merval: Quem é que vai decidir que a situação está de anarquia nesse limite que o senhor está colocando?

Mourão: Para isso que existe comandante, né? O comandante teria que decidir, não seria a iniciativa...

Merval: Mas o comandante quem? O presidente da República?

Mourão: O próprio presidente é o comandante-chefe das Forças Armadas, ele pode decidir isso. Ele pode decidir empregar as Forças Armadas. Aí você pode dizer: “mas isso é um autogolpe”.

Merval: É, é um autogolpe.

Mourão: É um autogolpe, você pode dizer isso.

Outro aspecto importante é o controle sobre as polícias militares estaduais, que permanecem desde 1969 atrelados às Forças Armadas. No período da redemocratização, quando o peso político das Forças Armadas diminuiu, tanto na influência política quanto em efetivo e recursos, as polícias militares ampliaram seu espectro de atuação no âmbito da segurança pública, tornando-se então um dos vetores de manutenção de práticas autoritárias e repressivas, desde os anos 1980 direcionadas para o enfrentamento da criminalidade comum, não mais a dissidências políticas, como na ditadura. A polícia militar ganhou maior importância nos anos da ditadura, a partir de 1969, passando a fazer policiamento ostensivo e de trânsito, em detrimento da polícia civil. O controle das Forças Armadas sobre as PMs se consolidou através da Inspeção Geral das PMs (IGPM), responsável pela instrução dos PMs. Os regulamentos das PMs estaduais replicavam o regulamento militar e o julgamento dos PMs se dava em foro militar, consolidando o trinômio instrução, regulamento e justiça militar. Os serviços de informação das PMs (P-2) são também conectados aos do Exército. A Constituição de 1988 pouco alterou a estrutura da relação entre militares e polícia. A Polícia Militar se manteve como força auxiliar e reserva das Forças Armadas. (Zaverucha, 2005, pp. 69-80).

Os laços com as Forças Armadas se mantiveram também na gestão da segurança pública. Nos anos 1990, a gestão de um general da reserva na Secretaria de Segurança Pública estabeleceu a conhecida “premiação faroeste”, que premiava policiais que matavam em serviço, o que levou à disparada do número de mortes por intervenção policial. A naturalização dos assassinatos causados pela polícia passa também pelos mecanismos da justiça militar. Desde 1996 os crimes praticados por policiais militares contra civis passaram a ser julgados por civis, mas a investigação permanece na justiça militar (Zaverucha, 2005), uma situação híbrida que mantém uma capa de proteção para os abusos da PM.

As sucessivas incursões militares na segurança pública, desde a Operação Rio, em 1992, passando por intervenções pontuais em situações de crise e ocupações militares como a da Maré, em 2014, consolidaram uma normalização da atuação militar como um recurso regular e recorrente, o que deveria ser visto como exceção. Esse processo chega a seu ponto máximo com o decreto de intervenção federal na segurança pública do estado do Rio de Janeiro, que colocou um general no comando das polícias de fevereiro a dezembro de 2018. Apesar da ineficiência de todas as ações anteriores das Forças Armadas e dos oito primeiros meses a expectativa de redenção permanece sendo cultivada pela população. Se os índices de violência pioraram, o resultado colhido nas urnas nas eleições de 2018 foi um sucesso para a intervenção: Rio de Janeiro foi um Estado com um dos maiores percentuais de voto de Bolsonaro e elegeu seu filho para senador.

Nesse contexto de intervenção, o Rio de Janeiro foi palco de um atentado político mais grave já ocorrido em período democrático, com o assassinato da vereadora Marielle Franco, cujas investigações não chegaram a lugar nenhum há 8 meses. A previsão é de que o crime siga impune. O fato de o assassinato ter ocorrido num período de intervenção militar alvejando justamente uma das principais vozes críticas à intervenção deveria chamar a atenção para uma virada autoritária no estado do Rio de Janeiro, que reverbera para o restante do país com a candidatura de Bolsonaro.

A tese aqui defendida é a de que as estruturas policiais militares conservaram parte do entulho autoritário e repressivo da ditadura militar em seu funcionamento durante o período democrático. Enquanto as Forças Armadas foram direcionadas para missões institucionais mais edificantes como a defesa das fronteiras, da soberania da Amazônia e do mar territorial, as polícias militares se mantiveram ativas como principal aparato repressivo do Estado brasileiro, orientado para favelas, periferias e presídios, onde mantiveram práticas como execuções sumárias, torturas e desaparecimentos, típicos do aparato repressivo da época da ditadura. A vinculação entre as Forças Armadas e as polícias militares se manteve e se aprofundou nas operações de garantia da lei e da ordem, nos sistemas de informação, nos centros de comando e controle e nas ocupações militares ocorridas no Rio de Janeiro, principal laboratório do uso das Forças Armadas em ações típicas de segurança pública.

A sobrevivência das práticas repressivas típicas da ditadura militar podem ser exemplificadas em dois episódios de grande expressão simbólica. Em outubro de 2007, o lançamento do filme *Tropa de Elite* foi um sucesso nacional, não só nas bilheterias mas no público que teve acesso às cópias piratas vazadas anteriormente à exibição nos cinemas. O personagem principal, Capitão Nascimento, se tornou um ícone, um herói popular, apesar das cenas em que comandava sessões de tortura ou executava sumariamente os criminosos. No cinema, parte dos espectadores gritava “caveira!”, do BOPE, e ficava extasiada com as cenas de tortura e execução. O contraste entre a ação corrupta da PM e os “incorrupíveis” do BOPE ajudaram a reforçar essa imagem benigna da “tropa de elite”. E a crítica racional à tortura não conseguiu suplantar a identificação emocional do público com os torturadores.

Já em 2013, o caso do desaparecimento do Amarildo foi um marco na curta trajetória das UPPs. O pedreiro Amarildo teve seu corpo desaparecido depois de um interrogatório na UPP da Rocinha, em que foi torturado e assassinado com choques elétricos, pancadas e asfixiamento com saco plástico. A repercussão do caso levou a uma quebra no discurso de que as UPPs representariam uma mudança no padrão abusivo da Polícia Militar no estado do Rio de Janeiro. As torturas, as execuções e os desaparecimentos sobreviveram como práticas repressivas no funcionamento normal do sistema policial e se sustentam na invisibilização e desumanização das vítimas, em sua maioria jovens negros e pardos moradores de favelas e periferias urbanas.

É possível supor que quando os candidatos Bolsonaro e Mourão fazem a apologia de torturadores e da execução sumária, o imaginário social remeta mais à figura da ação policial no combate aos criminosos comuns atuais do que aos remotos porões da ditadura militar. A guerra às drogas e a atuação policial militar foram o refúgio dos porões dos tempos autoritários em contexto democrático.

Além da linha de continuidade autoritária que perpassa estruturas militar e policial em tempos democráticos, podemos agregar a sobrevivência dos vínculos paraestatais que conectaram no passado os grupos de extermínio e estruturas repressivas e que hoje articulam o poder das milícias, a ação abusiva das polícias militares e o intervencionismo da Forças Armadas na segurança pública. Em 2018, é de se destacar o reforço mútuo dessas estruturas no estado do Rio de Janeiro, consolidando um ambiente repressivo local em que emerge para o âmbito nacional a solução autoritária do retorno dos militares ao poder.

Dois artigos recentes traçaram uma genealogia sobre o que representa Bolsonaro em face da história política do Brasil. Celso Rocha de Barros (Folha de S. Paulo, 22 out 2018) chama a atenção de que Bolsonaro e Mourão representam o setor militar que ganhou poder no período mais agudo da repressão política (1970-1974), quando os aparatos de tortura e execuções sumárias foram mais ativos. Esse setor perdeu espaço nos governos subsequentes (Geisel e Figueiredo), mas se mantiveram organizados em prol de um retorno à “linha dura”. Após a anistia, em 1979, uma série de atentados políticos promovidos por grupos militares de direita ocorreram no Brasil, tendo como alvo eventos políticos, gabinetes parlamentares, organizações civis e bancas de jornal. O episódio do atentado frustrado no Rio Centro, durante um show de 1º de maio, em 1981, expôs de forma explícita o vínculo entre militares contrários à abertura e as ações terroristas. Os atentados praticamente se encerraram e a opção pela abertura seguiu até a redemocratização.

Arquitetar atentados terroristas deixou de ser uma prática recorrente nos quartéis durante o passar dos anos 1980, menos para um jovem oficial, Jair Bolsonaro, que em 1986 planejou explodir a principal adutora de água que abastecia a cidade do Rio de Janeiro, como forma de protestar por maiores salários e atingir o general Leônidas Pires Gonçalves, então comandante do Exército. Bolsonaro foi preso por 15 dias, antes de ser absolvido pelo Supremo Tribunal Militar, apesar de ter sido expulso da Escola de Oficiais por conta deste evento (ver Reina, 2017).

A obsessão de Bolsonaro e Mourão com os elogios e exaltações ao Coronel Ustra, comandante do DOI-CODI entre 1970 e 1975, onde foram torturadas e assassinadas dezenas de pessoas, é um indicador sobre o alinhamento político dos candidatos, demonstram a que período e a que perfis de militares ambos buscam se vincular. Considerando a complexidade dos jogos internos de poder entre os próprios militares e as diferentes estratégias e compromissos políticos em disputa ao longo do período ditatorial, a escolha do herói de Bolsonaro e Mourão é bastante significativa.

O segundo artigo é o de Elio Gaspari (O Globo, 17 out 2018), que fala sobre os vínculos entre militares e “esquadrões da morte”, anteriores mesmo ao início da ditadura. As execuções extrajudiciais como práticas de enfrentamento a criminosos cresceram à sombra da ditadura, em alguns casos comandados por agentes da repressão que se organizavam em grupos de extermínio para agir à margem da lei. A acumulação social da violência (Misse, 2008) ocorre desde os anos 1950, quando essa prática de execuções extraleais se inicia, tendo o Rio de Janeiro como importante foco, mas ganha um peso maior justamente a partir dos anos 1980. Mais recentemente, as chamadas milícias, formadas por agentes e ex-agentes de segurança têm representado uma forma mais sofisticada de “esquadrões da morte”, que combinam as antigas execuções

extrajudiciais com o uso da violência para projetar poder sobre um território e extrair recursos da venda de proteção e de taxas sobre serviços.

A política das UPPs no Rio de Janeiro, iniciada em 2008, não significou qualquer enfrentamento mais contundente às milícias. Pelo contrário, a despeito dos importantes efeitos imediatos da CPI das Milícias, conduzida por Marcelo Freixo na ALERJ, as milícias cresceram e se expandiram para o interior do Rio de Janeiro, à sombra do poder público. O posicionamento da família Bolsonaro tem sido o de defender a atuação de grupos de extermínio, como fez em pronunciamento na Câmara Federal em 2003 e, de milícias, como fez em diversos episódios no Rio de Janeiro, inclusive com proposta de lei para legalização das milícias.

O assassinato da vereadora Marielle Franco em março de 2018 foi um evento que marcou um encontro de diferentes tempos, trazendo ao presente uma modalidade de atentado político típica do final da ditadura militar, orientada contra militantes de esquerda. E justamente marca o confronto direto a uma abordagem de direitos humanos que buscava politizar o direito à vida das vítimas da violência de Estado, revertendo a desumanização dos alvos potenciais da política de segurança pública vigente. Do Cadê o Amarildo ao grito de Marielle e Anderson Presentes, a disputa pelos direitos humanos nas favelas e periferias do Rio de Janeiro ganhou um alcance político mais amplo, que, por outro lado, começou a ser enfrentado de forma mais aberta e violenta. O discurso inflamado dos candidatos da extrema-direita quebrando uma placa de homenagem a Marielle e a exibindo como um despojo de guerra é uma cena que sintetiza os vínculos simbólicos do projeto representado por Bolsonaro com a violência política, a prática abusiva das polícias, o poder miliciano e a repressão aos partidos de esquerda.

As linhagens do Estado autoritário de Bolsonaro podem ser encontradas nas formas de violência política que sobreviveram em tempos democráticos e que agora se lançam ao centro do poder.

A MILITARIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA E OS HORIZONTES (NADA PROMISSORES) DA DEMOCRACIA

A agenda de segurança pública é um modulador da adesão popular ao discurso bolsonarista. O argumento de que esse campo apresenta uma situação de calamidade sob o domínio territorial das organizações do comércio varejista do tráfico de drogas, as facções, é um disparador da retórica autoritária. Ele autoriza a militarização da gestão da segurança pública, com o recurso aos dispositivos constitucionais de exceção, como a Garantia de Lei e Ordem (GLO), e, mais recentemente, a intervenção federal no Rio de Janeiro. Esta narrativa de que as “pessoas de bem” estão sob cerco define, por uma metonímia perversa, as populações das favelas e dos bairros periféricos como inimigo público.

Consideremos um contexto específico, para ilustrarmos como funciona a articulação entre a mentalidade autoritária e a agenda da segurança pública: a Baixada Fluminense. Uma pesquisa publicada recentemente (RODRIGUES et. al., 2018), sobre homicídios naquela região do Rio de Janeiro, delineia esses mecanismos que vinculam retórica e violência. Nesse estudo foram realizadas entrevistas com gestores públicos, policiais, moradores de áreas de classe média e das periferias da Baixada. Um dos primeiros achados da pesquisa foi o fato de que aqueles que não vivem nas periferias ao falarem da violência na região, não se referem aos homicídios como um problema. Pelo contrário, eles reconhecem, em alguma medida, esse tipo de crime como um expediente para a produção de uma certa concepção de segurança. Um dos entrevistados, ao falar do contexto atual de maior presença do varejo do tráfico ostensivamente armado, diz que, antes (leia-se, desde

meados do século passado até a primeira década do nosso século), a Baixada era “uma casa de família”, onde, o crime não prosperava. Ocorre que essa modalidade “combate ao crime” se estrutura na região justamente a partir de uma rede criminosa muito poderosa, que envolve agentes de segurança pública, parlamentares, gestores do Poder Executivo e comerciantes: os grupos de extermínio e esquadrões da morte. Esse tipo de organização mafiosa, representada historicamente e sintetizada na figura de Tenório Cavalcante¹⁷. Temos, portanto, uma retórica no campo da segurança que tenta afirmar o uso ilegal do poder de matar como uma forma de produção da ordem. Essa é uma prerrogativa fundamental para qualquer forma de autoritarismo.

Vejamos como os autores da referida pesquisa definem essa forma de poder:

A equação política característica da Baixada, por sua vez, é a seguinte: o controle armado do território resulta na obtenção de ganhos económicos e no controle de votos; a obtenção de um reduto eleitoral resulta da capitalização do poder na esfera municipal, sobretudo, legislativa. Há, porém, um traço desse padrão de poder que as noções de mandonismo ou clientelismo não dão conta isoladamente: o poder de matar como fonte primária de autoridade. (...) A quantidade de mortes se converte em certo *quantum* de poder local. O assassinato opera, portanto, como uma espécie de *commodity política*, fazendo girar uma *economia política dos assassinatos*. Esse contexto no qual o homicídio é um recurso primário de poder, nos leva a descrever o nexos entre homicídios e a política na Baixada como um *clientelismo homicida*, ou seja, *uma forma de controle territorial que visa produzir uma rede de favores privados para a apropriação da coisa pública, mas que tem o assassinato como o seu recurso primário e imediato de poder*. (Ibid. pp. 13-14)

Na esteira das transformações republicanas brasileiras, parece ter havido a permanência de padrões de autoritarismo, engendrados pelas elites nacionais e locais (como no caso do coronelismo da República Velha), e amplamente apoiados pelas camadas médias da população. Essas formas violentas de manutenção da desigualdade se dirigiram sempre para a repressão às camadas populares, como a definição de retóricas políticas atravessadas pela criminalização da pobreza e pelo racismo institucional. A definição do traficante como inimigo (note-se que a própria lei brasileira trata o tráfico como um crime de mesma gravidade que o homicídio) é a síntese dessa vinculação entre violência urbana, poder de matar e política (no sentido da conformação de uma forma de governo). O *clientelismo homicida* é o recurso de base das formas de autoritarismo na Baixada, e pode ser pensado como um fenômeno que não está restrito àquela região. Assim como o coronelismo era um sistema político nacional da República Velha (LEAL, 1976), essa junção entre poder de matar e formas políticas autoritárias, descrita pela noção de *clientelismo homicida* também parece vertebrar nacionalmente as permanências autoritárias na democracia brasileira contemporânea,

Este é um processo de longa duração no Brasil. É possível dizer que as populações das favelas e periferias, principalmente a população negra, jamais estiveram plenamente tuteladas pelos processos de normalidade institucional da democracia brasileira. A interrupção do cotidiano, a falta de previsibilidade, o abuso das forças estatais, sempre foram a tônica para essas populações que compreendem a maioria do povo brasileiro (MACHADO DA SILVA, 2010). A interpretação de que o Brasil possuía uma democracia imperfeita

17 Político da Baixada Fluminense, que ocupou diversos cargos no Executivo e no parlamento, chegando a ser Deputado Federal. Tenório Cavalcanti iniciou sua vida política através da atividade de “matador” em grupos de extermínio, atuando a favor dos interesses das elites locais em conflitos agrários na primeira metade do século XX. Para mais detalhes sobre a trajetória e a vida de Tenório Cavalcanti, ver BELOCH (1986) e ALVES (2003).

desprezou, pelo menos no campo da ciência política, a dimensão social, as circunstâncias concretas das classes populares, e privilegiou uma análise das institucionalidades.

É fundamental, a esse respeito, que retomemos a discussão fundadora da ciência política sobre as formas de governo (BOBBIO, 1980). Tendo em vista que os arranjos institucionais da democracia moderna, aos moldes de um governo misto, os cientistas políticos brasileiros acabaram por privilegiar a questão da arquitetura institucional do regime, como leitores ingênuos do Maquiavel republicano. O debate sobre democracia acabou por ignorar o componente básico e definidor dessa forma de governo: o poder do povo. Por mais que as democracias modernas tenham sido exitosas em cancelar ou neutralizar, institucionalmente, o componente monárquico, não se pode dizer o mesmo das tendências aristocratizantes e autoritárias no seio da sociedade. A distância entre ricos e pobres, em um país desigual como o Brasil, deixa as camadas populares em uma condição de ausência de cidadania, na qual são vistas unicamente como súditas de uma ordem que não as abarca. Do ponto de vista da teoria das formas de governo, seria mais correto dizer que o Brasil vive uma experiência política mais próxima da aristocracia do que da democracia. A uma pequena parte da população se proporcionam as garantias do Império da Lei, aos demais, o Estado oferece a força, o controle e a submissão. A classe média vive com os olhos voltados para o modo de vida aristocrático e com os intestinos tomados pelo pavor ao povo, ao *demos*.

A segurança pública é um pretexto para o controle social das classes consideradas perigosas, para a anulação dos componentes negros e indígenas da formação social brasileira. Ao enfocar a ameaça das favelas e periferias, o Estado libera suas armas para um exercício do controle da vida e do cotidiano dos negros e dos mais pobres. É sintomático que Bolsonaro não fale uma palavra sobre combate às milícias em seus discursos contra a criminalidade. Isso porque as milícias atuam, nos últimos anos trinta anos, como operadores ilegais de desse processo de controle da vida das classes populares sob uma lógica de combate ao tráfico. Esses grupos incorporaram e ampliaram o modelo de negócio dos grupos de extermínio – que atuam na *Baixada Fluminense* desde a primeira metade do século passado, vendendo segurança para empresários e comerciantes da região – com a expansão da exploração de outros mercados ilegais pautados pelo controle territorial. Ao contrário do discurso fundador das milícias de combate ao tráfico de drogas, esses grupos se reverteram em grandes agenciadores dessa atividade criminosa no estado do Rio de Janeiro.

O que está em jogo é um processo de aprofundamento das contradições de nossa democracia a partir de campo da segurança pública. São muitos os aspectos da retórica bolsonarista que aponta para uma postura autoritária. Há, entretanto, duas dimensões de seu discurso autoritário que parecem ser prioritárias em sua agenda e, portanto, para as quais temos que voltar nossa atenção: a proposta de armar a população e a de considerar todas as mortes perpetradas por policiais em serviço pelo dispositivo do excluído de ilicitude, quer dizer, como *legítima defesa*.

Devemos nos perguntar: por que armar a população? Ao contrário do que o futuro presidente alega em seus discursos, o interesse concreto dessa proposta deve ser considerado do ponto de vista de seus potenciais resultados. Essa flexibilização do acesso da população civil a armamentos facilitará que os grupos milicianos se armem, sem depender de uma sociedade com policiais e militares corruptos. Não é o “cidadão de bem” que terá acesso a esse arsenal, serão os grupos ilegais que já atuam de modo clandestino e mafioso – com participação de agentes estatais – que ampliarão seu poder letal. Esse movimento, além de ampliar o controle sobre as classes vistas como inimigas, ainda aquece a indústria armamentista que já tem organizado feiras de negócios no Brasil, particularmente, no Rio de Janeiro, de olho nesse mercado. Como a história tem demonstrado, a barbárie pode ser muito lucrativa.

A aprovação de uma mudança no Código Penal que considere qualquer morte provocada por policiais pelo excludente de ilicitude representa a exacerbação da morte como mecanismo de controle. Na prática, essa proposta representará uma legalização das milícias, porque será só uma questão de interpretação da lei para que qualquer pessoa que mate um suposto traficante seja considerada inocente, mais ainda, um justiceiro. Por outro lado, representará uma transformação das polícias em milícias. O trabalho policial será reduzido ao extermínio, sem mediações.

A emergência do futuro governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, pode fazer com que esse estado se converta na capital política do regime bolsonarista. Apesar de ter negado a necessidade de que se modifique o Código Penal, Witzel reafirma a lógica de que é necessário que se garanta “segurança jurídica” para que a polícia mate. Ele afirmou, além disso, que deseja extinguir a Secretaria de Estado de Segurança Pública, o que resultaria no fato de que as polícias teriam total autonomia, respondendo somente ao governador. Os mecanismos de controle institucional, que já funcionam precariamente, seriam desmantelados se ele levar a cabo essa proposta.

O bolsonarismo não necessita aprovar todo seu pacote de redução do povo a súdito de uma só vez. Só precisa aprovar uma mudança no Código Penal, com a garantia do excludente de ilicitude em operações policiais, para que toda sua máquina autoritária esteja de pé. O horizonte que se prefigura é algo como o regime filipino, no qual Rodrigo Duterte comanda um autoritarismo pautado pela repressão das classes populares sob o pretexto do combate às drogas: um extermínio que se move sob o mecanismo jurídico da legítima defesa e sob a retórica da proteção da ‘população de bem’ contra o crime associado ao mercado de drogas como o inimigo público número um. Tudo isso sintetizado nas linhagens do autoritarismo brasileiro que se expressam simbólica e politicamente através do militarismo.

É fundamental que os analistas da vida política brasileira e latino-americana não sigam procurando respostas para a crise atual do continente, com um movimento que combina a militarização com acirramento da lógica ultraliberal de gestão do Estado, pelas lentes da engenharia institucional da democracia. É importante que voltemos nossa atenção para as contradições sociais concretas das nossas democracias que caminham para novas modalidades autoritárias.

O ultraliberalismo coincide com a emergência de retóricas autoritárias, neofascistas, proto-fascistas etc.. Isso porque, como mostra Rancière (2014), a afirmação de uma economia política que prima pela ampliação das desigualdades, por distanciar o povo do poder, necessita acionar mecanismos de “ódio à democracia” (considerando essa forma de governo como “poder do povo”, como já argumentamos). O alijamento do componente popular é a chave dessa contradição, com ressonâncias do que Marx (1978) analisava nas turbulências da República francesa. A afirmação de uma política econômica ultraliberal, como a defendida por Paulo Guedes, homem forte do bolsonarismo e futuro ministro da Fazenda, não pode ser efetuada no Brasil a não ser pelo aprofundamento dos mecanismos de repressão sobre as classes populares e os setores com vocação para a crítica do regime, como as universidades. Isso porque o resultado desse modelo econômico de desregulação da economia, de desmonte estatal, é uma máquina de ampliação das desigualdades. Uma política externa alinhada ao trumpismo, como a acenada pela indicação de Ernesto Araújo para o Ministério das Relações Exteriores, revela a natureza de um regime ultraliberal que busca a intensificação de uma condição subalterna do Brasil, e da América Latina, por irradiação, aos países do Norte. Concretamente, isso representa o esgarçamento do tecido social brasileiro, com as classes populares cada vez mais distantes do centro do poder e submetidas a expedientes cada vez mais autoritários por parte do Estado. O alinhamento brasileiro a uma política externa agressiva e de natureza belicista significará também a pacificação interna pela intensificação do uso ilegal e ilegítimo da força.

Nos centros urbanos, em suas periferias, e no contexto rural, a máquina repressiva não contará exclusivamente com a atuação de agentes oficiais da ordem. Mais do que nunca, as milícias, grupos paramilitares, numa articulação mafiosa com o poder oficial, terão um papel decisivo na operação dos mecanismos de manutenção de uma ordem modulada pela barbárie. A democracia tutelada desembocará, finalmente, nas formas autoritárias do “ódio à democracia”. Esse é o horizonte das democracias no mundo hoje e a América Latina possui papel central como vanguarda desse processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA ANSA. Casa de mãe solteira é 'fábrica de desajustados', diz Mourão. *Época Negócios*, 18 set 2018. Disponível em <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2018/09/casa-de-mae-solteira-e-fabrica-de-desajustados-diz-mourao.html>
- AGÊNCIA BRASIL. Mais de 70 candidatos com patente militar foram eleitos em todo o país. *Notícias BOL*, 8 out 2018. Disponível em <https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/brasil/2018/10/08/mais-de-70-candidatos-com-patente-militar-foram-eleitos-em-todo-o-pais.htm>
- ALESSI, Gil; MARREIRO, Flávia. "Não aceito resultado diferente da minha eleição", desafia Bolsonaro na TV aberta. *El País Brasil*, 29 set 2018. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/28/politica/1538156620_841871.html
- ALVES, José Claudio Souza. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: APPH, CLIO, 2003.
- BARROS, Celso Rocha de. Bolsonaro representa facção das Forças Armadas que ganhou poder com a tortura. *Folha de São Paulo*, 22 out 2018
- BELOCH, Israel. *Capa Preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada*. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- BOBBIO, Norberto. *Teoria das Formas de Governo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.
- BRASIL. Decreto 4346, 26 ago 2002. Regulamento Disciplinar do Exército (R-4). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4346.htm
- BRÍGIDO, Carolina; SASSINE, Vinicius. O general assessor de Toffoli, que faz pontes entre o STF e a caserna. *Época*, 20 out 2018. Disponível em <https://epoca.globo.com/o-general-assessor-de-toffoli-que-faz-pontes-entre-stf-a-caserna-23168326>
- CARTA CAPITAL. Antes de julgamento de Lula, comandante diz que Exército repudia impunidade. *Carta Capital*, 4 abr 2018. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/antes-de-julgamento-de-lula-villas-boas-afirma-repudiar-impunidade>
- CARVALHO, José Murilo de. Os militares, a Constituinte e a democracia. In: J. M. de Carvalho. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005
- CASTRO, Celso; D'Araujo, Maria Celina. *Militares e política na Nova República*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001
- CASTRO, Grasielle. A participação de Bolsonaro no Roda Viva em 9 pontos. *Huffpost Brasil*, 31 jul 2018. Disponível em https://www.huffpostbrasil.com/2018/07/31/a-participacao-de-bolsonaro-no-roda-viva-em-9-pontos_a_23492716/

CHARLEAUX, João Paulo; ZANLORENSSI, Gabriel. Qual o peso dos militares na campanha eleitoral de 2018. Nexo Jornal, 01 Ago 2018 Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/08/01/Qual-o-peso-dos-militares-na-campanha-eleitoral-de-2018>

CHARLEAUX, João Paulo. Os tuítes do comandante do Exército: leis, segurança e politicamente correto. Nexo Jornal, 4 set 2017. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/09/04/Os-tu%C3%ADtes-do-comandante-do-Ex%C3%A9rcito-leis-seguran%C3%A7a-e-politicamente-correto>

ESTEFANÍA, Joaquín. Escola de Chicago floresce no autoritarismo. El País Brasil, 26 out 2018. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/26/internacional/1540555749_404186.html?fbclid=IwAR3rYlhgwzfpGv-hrQQE0BvEtXRyGxw82o2vQB0UHb-NHS50GQWT05DStw

FOLHA DE SÃO PAULO. Bolsonaro quer aumentar número de ministros do Supremo. Folha de São Paulo, 2 jul 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/07/bolsonaro-quer-aumentar-numero-de-ministros-do-supremo.shtml>

G1. General Mourão admite que na hipótese de anarquia pode haver autogolpe do presidente com apoio das Forças Armadas. 8 set 2018. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/09/08/general-mourao-admite-que-na-hipotese-de-anarquia-pode-haver-autogolpe-do-presidente-com-apoio-das-forcas-armadas.ghtml>

GASPARI, Elio. Caveira! O Globo, 17 out 2018

KLEIN, Naomi. La Doctrina del Shock: El auge del capitalismo del desastre. Paidós Ediciones, 2010. [Toronto: A.Knopf Ed., 2007].

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. “Violência Urbana”, Segurança Pública e Favelas – O caso do Rio de Janeiro atual”. Caderno CRH, Salvador, v. 23, n. 59, p. 283-300, maio/agosto 2010.

MARX, Karl. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1978.

MISSE, Michel. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Revista Civitas, v. 8, n. 3, 2008

NASSIF, Luís. Vivemos a ditadura do politicamente correto, diz comandante do Exército. Jornal GGN, 12 dez 2016. Disponível em <https://jornalggm.com.br/noticia/vivemos-a-ditadura-do-politicamente-correto-diz-comandante-do-exercito>

O GLOBO. Em vídeo, filho de Bolsonaro diz que ‘basta um soldado e um cabo para fechar o STF’. O Globo, 21 out 2018. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/em-video-filho-de-bolsonaro-diz-que-basta-um-soldado-um-cabo-para-fechar-stf-23173802>

POLANYI, Karl. A Grande Transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.

PORTINARI, Natália. Mourão e Bolsonaro questionam processo eleitoral e usam medo na campanha. Época, 22 set 2018. Disponível em <https://epoca.globo.com/>

RANCIÈRE, Jacques. *Ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.

REINA, Eduardo. Exclusivo: Os documentos do Exército sobre a expulsão de Bolsonaro da Escola de Oficiais após plano terrorista. *Diário do Centro do Mundo*, 7 nov 2017. Disponível em <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/exclusivo-os-documentos-do-exercito-sobre-a-expulsao-de-bolsonaro-da-escola-de-oficiais-apos-plano-terrorista/>

RODRIGUES, André; ALBERNAZ, Elizabete; ÁGUIDA, Juliana; MARINHO, Leandro; GUILHERME, Raquel. *Homicídios na Baixada Fluminense: Estado, mercado, criminalidade e poder*. Rio de Janeiro: ISER, 2018

ROSA, Ana Beatriz; MELO, Débora. Declaração de Bolsonaro sobre fraude em urnas é ‘desinformação’, diz procurador. *HuffPost Brasil*, 17 set 2018. Disponível em https://www.huffpostbrasil.com/2018/09/17/declaracao-de-bolsonaro-sobre-fraude-em-urnas-e-desinformacao-diz-procurador_a_23530251/

SCHAMIS, Hector F. *Re-Forming the State: the politics of privatization in Latin America and Europe*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2002.

TEMÓTEO, Antonio. General Mourão cita “branqueamento da raça” ao falar que seu neto é bonito. *Notícias UOL*, 6 out 2018. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/06/mourao-cita-branqueamento-da-raca-ao-falar-que-seu-neto-e-bonito.htm>

VICTOR, Fabio. Nem Bolsonaro, nem “politicamente correto” seguram Mourão. *Revista Piauí*, 26 set 2018. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/nem-bolsonaro-nem-politicamente-correto-seguram-mourao/>

ZAVERUCHA, Jorge. *FHC, Forças Armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002)*. Rio de Janeiro: Record, 2005